

A TRANSPOSIÇÃO OU DE COMO A SECA CONTINUA RENDENDO VOTOS E FORTUNAS

Dr^a Mariana Moreira Neto

Universidade Federal de Campina Grande, moreiramariana@uol.com.br

Dr^a Maria Lucinete Fortunato

Universidade Federal de Campina Grande, mlucinete@uol.com.br

Resumo: A obra de transposição do Rio São Francisco, apoiada por um marketing político de forte apelo populista de que “quem tem sede apoia”, mascara e reduz as pálidas resistências e o debate político acerca da sua significação. Para além das “arengas políticas”, a transposição e todo o discurso político e midiático que a sustenta escondem que seus grandes beneficiados são representantes do agro-hidronegócio e dos polos industriais do Pecém – CE e Suape – PE. Refletir sobre a transposição é pensar que esse projeto se presta a “transpor” votos e recursos e realimenta a “indústria política da seca”.

Palavras-chaves: transposição; semiárido; indústria da seca.

A TRANSPOSIÇÃO OU DE COMO A SECA CONTINUA RENDENDO VOTOS E FORTUNAS

Introdução

A mediação ideológica, muito intrínseca ao discurso do combate à seca – e a todo e qualquer discurso –, gerou um profundo conformismo social nas pessoas com a imposição de verdades ditas definitivas e inquestionáveis que funcionaram como arrimo do poder exercido por poucos sobre a grande maioria da população.

Mas, é importante perceber que a seca não é o único problema¹ que a região semiárida enfrenta, tampouco a escassez de água que esse fenômeno natural provoca, já que nos períodos de chuvas fortes esta mesma região é vitimada pela calamidade das enchentes. Se, por um lado, as populações do Semiárido são afligidas pelas estiagens ocasionadas por esse fenômeno e/ou pelas enchentes, por outro, tornam-se vítimas da insensibilidade e descaso de muitos de seus governantes que, fomentando a cruel indústria da seca, se preocupam apenas em tomar medidas imediatistas e insustentáveis que só conseguem solucionar os problemas do tempo presente sem uma perspectiva que vislumbre o futuro e os possíveis impasses que poderão surgir: da violência que muitas vezes emana do sentimento de revolta e insatisfação social; da manipulação dos recursos naturais da região por uma minoria da população detentora de riquezas e de poder, dentre outras coisas. Além dessas, outras questões são gritantes a exemplo do analfabetismo, do desemprego e da fome.

Esse discurso só passou a ser questionado com a emergência de uma nova linguagem discursiva – a convivência com o semiárido – quando as políticas de combate à seca passaram a ser substituídas pelas políticas de convivência e quando a realidade deixou de ser vista como estática e passou a ser encarada sob a perspectiva da mutabilidade – uma vez que as relações entre passado e presente não podem ser entendidas sob um olhar determinista e a história é suscetível à mudanças. A partir dessa ideia, considera-se que o Semiárido Brasileiro nunca esteve condenado ao subdesenvolvimento: foram os discursos embutidos nas políticas assistencialistas e nas relações de poder estabelecidas neste espaço que moldaram essa ideia à custa do enriquecimento de alguns e da subserviência consentida de outros. Com vistas para esse novo discurso, diversos segmentos da sociedade civil e do Estado vem buscando unir

¹ Vale lembrar que essa mesma região vitimada pela seca também se apresenta vulnerável quando afligida por grandes enchentes. No período de fortes chuvas o cenário também é dramático: milhares e milhares de famílias desabrigadas ocupando escolas e prédios públicos, espaços citadinos e rurais inundados, pontes caídas dificultando a circulação das pessoas e o transporte de alimentos de um lugar para outro, perdas materiais e mortes de pessoas que exprimem um estado de profunda calamidade social.

esforços, sobretudo desde a década de 1990, para gerir políticas que estejam em consonância com a proposta de convivência com o semiárido.

O Projeto de Transposição do Rio São Francisco é um empreendimento de infraestrutura hídrica do governo federal, considerado por este como uma obra sustentável, que vai integrar a bacia do Rio São Francisco as bacias dos rios intermitentes do Semiárido do Nordeste Setentrional – do qual fazem parte os estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Como se percebe, é o deslocamento de águas de uma região semiárida para outra.

A obra de transposição do Rio São Francisco, apoiada por um marketing político de forte apelo populista de que “quem tem sede apoia”, insere-se neste contexto, de tentativa de suavizar as problemáticas decorrentes de fenômenos naturais como as secas e as enchentes, não obstante evidencia o descompasso com a ideia de prevenção contra futuros impasses do mesmo caráter que venham, possivelmente, a afligir as populações do Semiárido e, por isso, dá margens para que problemas inerentes à região voltem a acontecer com menor ou maior intensidade, continuando a trazer consequências que contribuem para intensificar o drama já vivido pela ingente quantidade de pessoas que habitam esse íngreme espaço do Brasil, uma vez que mascara e reduz a pálidas resistências, o debate político acerca da significação da obra como uma espécie de configuração da *indústria da seca* e as múltiplas formas de sua invenção e reinvenção. Indústria da seca vista como uma atividade sustentada por matrizes políticas e culturais e que está na raiz da riqueza e do patrimônio dos grupos políticos oligárquicos, como discutem autores como Antônio Callado e Durval Muniz de Albuquerque Júnior, entre outros.

A transposição, enquanto um discurso que se legitima como a salvação para o semiárido, desconsidera a sazonalidade das secas como a mais marcante característica desta região, alimentando a ideia da seca como problema a ser erradicado e negligenciando as pequenas obras hídricas, como as cisternas, construídas em todo o semiárido nordestino e que vem modificando a relação da população com a seca. Uma nova forma de encarar as secas que traz, como desdobramento, o fato de que, no atual ciclo de estiagens (considerado o mais rigoroso dos últimos cem anos), não se presenciou o verdadeiro genocídio humano de trinta anos atrás, não se verificou as migrações em massa, não se argumentou a necessidade de “frentes de emergência”. Considerando que o passado influencia, mas não condiciona os fatos históricos do presente e do futuro, é plausível a reflexão sobre a transposição pensando-a como uma obra que se “arrasta” no tempo e se presta a

(83) 3322.3222

contato@conadis.com.br

www.conadis.com.br

“transpor” votos e recursos não apontando possibilidades de uma convivência possível com a questão das estiagens; antes produzindo matéria prima que abastece e realimenta a “indústria política da seca”, ou seja, fazendo uso de novos enunciados discursivos para instituir velhas práticas de governamentalidade.

Transposição: um projeto viável?

O argumento maior que defende a execução do projeto de transposição é a necessidade de garantir o acesso à água para 12 milhões de pessoas que moram no Semiárido Brasileiro. O volume de água a ser retirado do rio São Francisco é de 24,6 metros cúbicos por segundo (m^3/s) e o destino final da água deve ser o abastecimento local e a pequena irrigação, aquela de iniciativa dos próprios agricultores.

Esse projeto tem sido alvo de críticas constantes no que diz respeito a sua viabilidade e aos seus reais propósitos. Nesse sentido, diversos grupos religiosos, movimentos sociais e entidades de apoio têm se mobilizado exigindo o cancelamento da transposição do rio São Francisco e a adoção de outro modelo de desenvolvimento e outra prática participativa e democrática nas decisões que dizem respeito aos bens da natureza e ao trato do dinheiro público. Entre outras coisas questiona-se, sobretudo: o fato de não ter sido feito nenhum estudo de impacto ambiental na calha do rio São Francisco, aqueles que mais serão beneficiados com essa obra pública, e a própria lógica do projeto que, segundo esses movimentos contrários, está bem distante da lógica de “convivência com o semiárido” e que induz a pensar um semiárido com déficit hídrico quando na verdade esse déficit inexistente. Sabe-se que o problema dessa região não é necessariamente a falta de água, e sim o seu mau gerenciamento e acredita-se que os maiores beneficiados com esse volume de água deslocado serão os empresários do agronegócio, com seus grandes projetos de irrigação.

Para muitos críticos, o projeto de transposição representa a reedição da política conservadora de implantação de grandes obras hídricas que, tradicionalmente, alimentaram as chaminés da indústria da seca. O argumento de que as águas do São Francisco beneficiarão as populações menos favorecidas e que mais sofrem com as frequentes estiagens escamoteia interesses não explícitos de grandes grupos econômicos que defendem o projeto como alternativa para o desenvolvimento da monocultura de irrigação, sobretudo a fruticultura, voltada para a exportação, e não para o desenvolvimento de uma agricultura produtora de alimentos e capaz de amenizar os efeitos da fome que predomina no Semiárido Brasileiro.

Suassuna (2010), um dos principais críticos da transposição das águas do rio São Francisco, enfatiza, em tom de ironia, que o projeto, embora traga uma embalagem reluzente e sedutora, esconde efeitos que são, por vezes, desastrosos. Exemplificando, destaca regiões situadas às margens do rio São Francisco e que vivem seríssimos problemas de abastecimento,

(...) contrastando com a proposta faraônica de transporte de suas águas para o abastecimento das principais represas nordestinas, sabidamente para uso no agronegócio. Essa é uma realidade por demais cruel, onde se pode verificar que a poucos quilômetros destas represas, populações inteiras passam sede e fome devido aos precários programas de distribuição de águas existentes. (...) fica muito claro que o Semi-árido nordestino tem muita água, faltando apenas as indispensáveis políticas públicas que possibilitem o seu acesso. (SUASSUNA: 2010, P. 345).

Nesta mesma perspectiva, Guimarães Júnior (2008) reforça a crítica à transposição apontando os elevados custos, - humanos, financeiros, ambientais -, que serão cobrados das regiões beneficiadas pelo projeto.

(...) as águas distribuídas em cada estado serão poucas, apenas 1/5 da capacidade de bombeamento do sistema é garantido, serão conduzidas para os maiores reservatórios, passarão distantes dos locais mais secos, e o seu custo proibitivo para as atividades econômicas será bancado, em subsídio cruzado, pelos consumidores urbanos das grandes cidades sem precisão – portanto, apesar do enorme volume de recursos envolvidos, as demandas por medidas emergenciais governamentais de combate aos efeitos das secas serão perpetuadas. (GUIMARÃES JÚNIOR: 2008, P, 92).

E acrescenta:

A transposição é uma obra muito atrasada e até reacionária, pois vai na contramão das políticas públicas que vêm sendo desenvolvidas na região nos últimos anos. Estimuladas por organismos internacionais, essas políticas têm como alvo o desenvolvimento sustentável a partir da democratização do acesso à água e da gestão participativa dos recursos hídricos. (GUIMARÃES JÚNIOR: 2008, P, 100-101).

Em meio a essas e tantas outras polêmicas diversos segmentos sociais concebem a transposição como sendo um projeto inviável e apresentam a convivência com semiárido como uma das possibilidades que podem ser operacionalizadas para reduzir os efeitos das estiagens nas dimensões humana, social, econômica, ambiental. Uma proposta que integra o leque das possibilidades de convivência é a captação e armazenamento da água da chuva, através da construção de engenhos, como as cisternas, e da execução de políticas que trabalhem processos de mobilização social e de capacitação popular acerca da convivência, do gerenciamento dos recursos hídricos, da cidadania.

O discurso da transposição, ao se legitimar

como uma estratégia de produção de táticas de convivência com a semiaridez expressa como esse enunciado vai assumindo contornos múltiplos, ao sabor de interesses e posições que se buscam justificar e verificar como verdade. Nesse sentido, em entrevista à Revista Carta Maior o então coordenador-geral do projeto, em 2007, Rômulo Macedo Vieira, do Ministério da Integração Nacional, afirmava que *“o governo espera, ao fazer essa obra, proporcionar à região o recurso natural mais indispensável para a sustentabilidade da vida, que é a água. E, espera que a região possa se desenvolver e ter uma melhor qualidade de vida”*. Ele discordava da posição defendida por muitos movimentos sociais que questionam o projeto por não ser regido pela lógica da convivência com o Semiárido, asseverando:

A convivência com o Semi-Árido é ofertar água... A seca é sempre entendida como um diferencial negativo, mas no fundo ela é um diferencial positivo. Por quê? Porque produzir em regiões secas é muito mais interessante do ponto de vista econômico do que em regiões úmidas. Quando se proporciona água para uma região seca, isso se torna um diferencial muito positivo. E é uma forma de conviver com a região, com o Semi-Árido, com a semi-aridez. (...) Acho que essa questão de dizer ‘ah, é pros grandes produtores’, essas coisas todas... Isso não é mal, porque gera emprego, gera riqueza. E isso é importante na região, essa geração de emprego e riqueza na região semi-árida. A água não está direcionada para ninguém, a água vai ser direcionada para os reservatórios, e a partir daí a gestão da água vai ser feita de conformidade com as suas companhias estaduais de gestão de recursos hídricos (Carta Maior: 2007, s/p).

Chega-se, pois, diante de um embate sociopolítico que suscita, impreterivelmente, uma reflexão sobre o que é realmente conviver com o semiárido e em que se sustenta os pilares dessa concepção. O que fica evidente são concepções distintas do projeto que revelam entendimentos também distintos do que seja desenvolvimento e, até mesmo, do que seja sustentabilidade e convivência. Para os defensores do projeto a sustentabilidade da região semiárida somente será exequível quando a água tornar-se um produto presente em todos os momentos, independente da ocorrência de chuvas. Essa corrente entende ainda a sustentabilidade e a convivência pelo viés eminentemente econômico, ou seja, assegurada a produção, através da monocultura irrigada, serão garantidos, também, emprego e renda para toda a população.

Os que se posicionam contrários à transposição apontam como principal elemento de crítica a repetição de uma velha concepção de solução para os problemas do Semiárido Nordeste, através da execução de grandes obras hídricas que, no passado, se traduziam em grandes açudes e perímetros irrigados. Esse modelo, afirmam, não representa nenhuma construção de convivência, uma vez que, concentrando a água nos grandes reservatórios já existentes ele excluirá uma significativa parcela da

população, que a ela não terá acesso por razões econômicas, políticas e geográficas.

O projeto de integração do Rio São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional tem como principal ponto de discussão a não realização, por parte do poder público, de uma ampla consulta à população da região, precedida de debates que exponham todos os elementos, favoráveis e contrários, possibilitando a elaboração de uma consciência minimamente organizada sobre a questão (SÁ: 2008). O que vem acontecendo são eventos patrocinados por lideranças políticas e mais assemelhados a manifestações partidárias e de substrato eleitoral. A ausência da participação da população em todas as etapas do processo, dizem seus críticos, desmerecem a transposição como proposta de desenvolvimento sustentável e de convivência com o semiárido considerando,

(...) a configuração como megaprojeto hídrico que não contemplará um contingente populacional considerável e que permanecerão vulneráveis às variações climáticas; a destinação das águas para incremento e apoio de atividades industriais e do agronegócio; o uso de vultosas somas de recursos públicos em detrimento de pequenos projetos que, por sua configuração e natureza, atingirão maior quantidade de pessoas, a um custo menor e com maiores benefícios social, como, por exemplo, as cisternas de placa, as barragens subterrâneas. (MOREIRA NETO: 2013, p. 129).

O que move, portanto, a polêmica sobre a transposição do São Francisco e seus usos e apropriações extrapola as fronteiras do território do marketing político do “quem tem sede apoia”. O que se apresenta, além das franjas e dobras que marcam e escondem o debate, é uma ressignificação ou reelaboração da “indústria da seca” com novas linhas de montagem. Saem de cena as frentes de emergência, os grandes açudes. Assume a vanguarda o desenvolvimento sustentável, ancorado apenas no agronegócio, que aponta, recomenda e reconhece a grande cultura irrigada para a produção de mercadorias e produtos destinados ao mercado externo.

E os sertanejos, os povos do semiárido? Ora, para eles, o emprego como trabalhadores assalariados ou prestadores de serviço nas grandes plantações. Saciando a sede com água mineral comprada a preço de ouro. E as chuvas que, mesmo irregulares, continuarão caindo na região, serão apenas componentes e vestígios de saudade.

Considerações Finais

Uma das questões que se apresenta como pertinente neste debate é o destempero e o despreparo do Estado e, em decorrência, das políticas públicas, no trato e no enfrentamento das questões que afetam a região, sejam as estiagens

frequentes, ou as enchentes que, mais esporádicas, também afetam a população. Uma das razões para essa situação pode ser encontrada na ausência de planejamento, e também em questões de ordem discursiva e até subjetiva que encontram uma explicação pertinente, por exemplo, no fato de que esses tempos de calamidade tornam-se, então, momentos propícios para que muitos governantes se aproveitem da situação das pessoas para sua autopromoção política, beneficiando-se dos recursos financeiros destinados ao controle dessa situação; seguindo, pois a mesma lógica do discurso que sustenta a indústria da seca. O que se mostra cada vez mais nítido é que as pessoas parecem não saber lidar com a abundância de água, tampouco com a ausência dela.

É evidente que o grande problema que envolve a questão da água, portanto, não é eminentemente a sua falta, mas o mau gerenciamento e/ou aproveitamento desse recurso natural que é tão abundante em determinados períodos do ano. A água proveniente das chuvas se bem aproveitada poderia amenizar a situação de muitas famílias do Semiárido que sofrem com a sua falta nos períodos de estiagens ou que só conseguem encontrá-la a quilômetros de distância de suas casas, e muitas vezes em condições impróprias ao consumo humano – ficando sujeitas a adquirir doenças.

O Semiárido Brasileiro reclama investimentos em obras sustentáveis que possibilite ao habitante dessa região a oportunidade de protagonizar a mudança que ele tanto deseja; que insistam em construir o presente pensando não somente na realidade atual, mas também na realidade que esta e as futuras gerações poderão experimentar nesse mesmo espaço geográfico; que possibilitem a mobilização social e a oportunidade de todos poderem desfrutar dos benefícios advindos desses investimentos.

Nesse sentido, o projeto de convivência com o semiárido ganha significância quando práticas, ações políticas e concepções culturais incidem sobre as questões sociais dessa região oferecendo-lhe alternativas para solucionar alguns de seus problemas (que são muitos), ou quando elas possibilitam a formação de uma consciência plena da capacidade que os habitantes dessa região têm de transformar o seu contexto social.

A priori, pode-se afirmar que a execução de políticas públicas que contribuam efetivamente para a convivência e a sustentabilidade tem sido bastante complexa, no sentido de alcançar amplamente, de maneira igual e direta, toda a região do Semiárido. Tal abrangência ainda não tem se mostrado possível, devido as grandes dimensões territoriais e a quantidade de pessoas que habitam o Semiárido. Esse é, portanto um desafio, um propósito grandemente cobiçado pelos gestores dessas políticas

públicas. Entretanto, se estima que esse alcance possa ser possível na medida em que mais recursos financeiros sejam investidos em concomitância com a ampliação da mobilização e da organização da sociedade civil em prol da sustentabilidade. Nesse sentido, é possível inferir, então, que as transformações que se desejam para o Semiárido Brasileiro deverão acontecer de forma gradativa, respeitando o alcance das políticas públicas e as limitações de suas execuções e gestões.

Neste contexto, e para além das “arengas políticas”, o que a obra da transposição e todo o seu discurso político e midiático escondem é que ela representa apenas mais substância para os poderosos regionais, quando se percebe que os grandes beneficiados são representantes do agro-hidronegócio e dos pólos industriais do Pecém, no Ceará, e Suape, em Pernambuco. Ressalve-se ainda que, até o momento, a transposição não pôs uma gota d’água para nenhum necessitado. Pelo contrário, as obras de infraestrutura, em muitas comunidades por onde passou, desmantelou a produção agrícola local e desestruturou sociabilidades. Criou-se, junto à população, a falsa ilusão do emprego, que, na verdade, é precário e temporário. Com o fim das obras, os resultados são: comércio desorganizado, casas vazias, gente desempregada, adolescentes grávidas. Destaque-se também que grandes porções da caatinga foram e estão sendo desmatadas.

Os resultados provenientes das políticas imediatistas apresentam soluções momentâneas e pragmáticas que *a priori* suavizam as problemáticas decorrentes de fenômenos naturais como as secas e as enchentes, não obstante evidenciam o descompasso com a ideia de prevenção contra futuros impasses do mesmo caráter que venham possivelmente a afligir as populações do Semiárido e, por isso, dão margens para que problemas inerentes a região voltem a acontecer com menor ou maior intensidade, continuando a trazer consequências que contribuem para intensificar o drama já vivido pela ingente quantidade de pessoas que habitam esse íngreme espaço do Brasil.

O discurso da convivência e da sustentabilidade emerge, em muitos momentos, como tradução de crescimento econômico, totalmente divorciado dos aspectos social, cultural e político. Em suma, a ideia de convivência presente nesta e em outras políticas públicas destinadas ao Semiárido não costura a relação necessária com a sustentabilidade ambiental e social e dilui-se no debate estéril da sustentabilidade econômica.

Por fim, a transposição enquanto um novo combustível para a fornalha da velha indústria da seca pode ser apreendida nas reflexões de Ab’Saber quando expõe a contradição do projeto que, ao alardear as água do velho Chico como

redenção para as agruras de todos, matando a sede de quem apoia, ou não, jamais mencionou a quais grupos políticos e econômicos a transposição trará benefícios? E Ab'Saber sintetiza o desfecho desta reflexão:

O risco final é que, atravessando acidentes geográficos consideráveis, como a elevação da escarpa sul da Chapada do Araripe - com grande gasto de energia!-, a transposição acabe por significar apenas um canal tímido de água, de duvidosa validade econômica e interesse social, de grande custo, e que acabaria, sobretudo, por movimentar o mercado especulativo, da terra e da política. (...) No fim, tudo apareceria como o movimento geral de transformar todo o espaço em mercadoria. (Ab'Saber: 2011, s/p)

Referências bibliográficas

Ab'Sáber, Aziz. A quem serve a transposição das águas do São Francisco?. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-quem-serve-a-transposicao-das-aguas-do-sao-francisco-2>. Acesso: 15/06/2016.

Água de chuva: o segredo da convivência com o Semi-Árido Brasileiro. Cáritas Brasileiras/Comissão Pastoral da Terra/Fian-Brasil. São Paulo: Paulinas, 2001.

Carta Maior. 30/05/2007. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/Destino-final-das-aguas-da-transposicao-sera-definido-por-Estados/3/13501>. Acesso: 13/06/2016.

DEGENNSZAJH, Raquel R. Desafios da gestão democrática das políticas sociais. In: Capacitação em Serviço Social e política social, modulo 3. Brasília: UNB/CEAD, 2000.

FEBRABAN/AP1MC: Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido: um milhão de cisternas rurais (P1MC). (ANEXO II do Acordo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre FEBRABAN e AP1MC em 31/05/2003). Recife: 1999.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo, Loyola, 1999.

GUIMARÃES JÚNIOR, João Abner. O presente de grego da transposição do rio São Francisco. In: Toda a verdade sobre a transposição do rio São Francisco. João Alves Filho (Org.). Rio de Janeiro: MuadX, 2008. P. 91-104.

MALVEZZI, Roberto. Semi-Árido: uma visão holística. 1.ed. Brasília: Confea, 2007. 140p. – (Pensar Brasil).

MOREIRA NETO, Mariana. Outro Sertão: fronteiras da convivência com o semiárido. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2013.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de discurso: princípios e procedimentos. 6.ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2005.

SÁ, Almair Moraes de. Convivência com o Semi-Árido na Paraíba: políticas públicas, autonomia e desenvolvimento sustentável. RELATÓRIO FINAL PIBIC/CNPq/UFCG – VIGÊNCIA 2007/2008.

SCHISTEK, Harald. A Convivência com o Semi-Árido. São Paulo: Peirópolis, 2003.

SOARES, Edmilson. Seca no Nordeste e a transposição do rio São Francisco. In: Geografias: artigos científicos. Belo Horizonte, 01 de Julho - 31 de Dezembro de 2013. Vol. 9, nº 2, 2013. P. 75-86.

(83) 3322.3222

contato@conadis.com.br

www.conadis.com.br

SOUSA, Ivânia Freitas de. A gestão do currículo escolar para o desenvolvimento humano sustentável do Semi-Árido Brasileiro. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SOUZA, Ivânia Paula Freitas de. REIS, Edmerson dos Santos (org). Educação para a convivência com o Semi-Árido: reencantando a educação com base nas experiências de Canudos, Uauá e Curaçá. São Paulo: Peirópolis, 2003.

SUASSUNA, João. Transposição do rio Sãoi Francisco na perspectiva do Brasil Real. São Paulo: Porto de Idéias, 2010.